

APRESENTAÇÃO

Conselho Editorial

Depois de quase cinco anos de interrupção em sua publicação, ocorrida em 1989, a *Revista do Serviço Público* volta a circular. Fundada em 1937, a revista por dois períodos, de 1974 a 1981 e de 1989 a 1994, não foi editada.

Luis Simões Lopes, recentemente falecido, e que foi um dos fundadores do Departamento Administrativo do Serviço Público - (DASP), escreveu, em 1943, que a criação da *Revista do Serviço Público* foi vista na época como "temerária", dada a natureza de sua finalidade, que era a ampla divulgação "de princípios e métodos de administração ainda inéditos em nosso país e a das deliberações do antigo Conselho Federal do Serviço Público Civil, que havia surgido como agente da reforma administrativa, então no início".

Em pleno Estado Novo, quando as atividades de informação encetadas pelo governo eram tidas como atividades de propaganda oficial, e não faltam exemplos disso, Luiz Simões Lopes certamente tinha em mente críticas

dessa natureza quando fazia questão de salientar que: "ao surgir, com o objetivo deliberado de trazer para o campo nacional os frutos da experiência alheia no domínio da administração, e de proceder ao registro dos trabalhos do Conselho, a *Revista do Serviço Público* não pretendeu agir como um instrumento de *propaganda*, e, sim, de *divulgação* [grifos do autor]. A idéia central que comandou seu aparecimento foi a inelutável convicção, ainda hoje firmemente sustentada, de que ao poder público cumpre, como uma de suas finalidades por ao alcance dos diferentes grupos as conquistas da ciência, da técnica ou da cultura em qualquer de seus ramos. Essa é uma prestação de serviços, autêntica e irrecusável, tão necessária quanto as que mais o são e que difere, substancialmente, de todos e qualquer conceito de propaganda. Em qualquer época o peso de sua obrigatoriedade é o mesmo. Mas, nos primórdios do movimento de renovação administrativa, a necessidade de que o Estado desempenhasse essa importante finalidade adquiriria, em face das circunstâncias locais, ênfase especial"¹.

¹ - LOPES, Luis Simões. Documentação administrativa. *Revista do Serviço Público*, RJ, V.3 n.3 p. 5-7, set./1943. Reproduzido em JAMESON, Samuel Haig. (org.) *Administração de arquivos e documentação*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1964, p. 5-8.

Para avaliar em que medida esses propósitos foram atingidos, nada mais oportuno do que o artigo com que se reinicia a publicação da RSP. Tania Margarete Mezzomo Keinert e José Carlos Vaz, ao centrarem seu estudo no papel que a revista teve na evolução do pensamento administrativo brasileiro, contribuem para que se possa analisar objetivamente não só a importância da RSP nesse período passado, mas também para compreender as motivações que levam à retomada de sua publicação.

No momento em que se promove a revisão da Constituição de 1988 e se aprofundam os debates sobre a própria questão da governabilidade, vários artigos publicados neste número trazem uma contribuição importante para a análise de temas pertinentes às mudanças por que deve passar o Estado brasileiro.

Marco Aurélio Nogueira, salienta as dificuldades que, ao longo de nossa história, têm surgido no processo de superação daquilo que é arcaico. Particularizando essa questão no âmbito da burocracia, ele analisa o processo de hipertrofia do Estado, o patrimonialismo e a permanente conciliação que temos perpetrado com o passado. Para ele, as mudanças no setor público dependerão da síntese de condições objetivas, da

vontade política e do conhecimento técnico.

O paternalismo de Estado é outra das características presentes nas análises do processo de formação da burocracia brasileira. Sheila Maria Reis Ribeiro a propósito das críticas feitas ao paradigma dominante do Estado interventor-protetor e das pressões por mudanças nas instituições públicas, apresenta uma pesquisa sobre os discursos relativos a esse tipo de Estado e aos temas que comporiam uma reforma dessas instituições.

Romildo Canhim reitera a necessidade de reforma do aparelho do Estado e qual o papel que cabe à Secretaria da Administração Federal para se alcançar esse objetivo. Também enumera as ações que estão sendo desenvolvidas por esse órgão no contexto das medidas que visam a reestruturação do Estado.

Seguindo a mesma linha que preceitua reformas essenciais na organização do Estado, Aspásia Camargo argumenta a favor de um novo pacto federativo, salientando os pontos mais importantes que devem ser objeto da revisão constitucional.

Assim como Aspásia Camargo evidencia a necessidade de fortalecimento dos mecanismos descentralizados de adminis-

tração, Ladislau Dowbor, a partir de uma perspectiva comparada, demonstra que a descentralização é imprescindível à consecução do objetivo de criação de um Estado apto a enfrentar os desafios do futuro e resolver os problemas do presente. Detém-se, também, na discussão do significado e do alcance que deve ter uma política de privatização.

A preocupação com os desafios do futuro constitui a espinha dorsal do trabalho de Bernardo Kliksberg. A crise dos métodos administrativos adotados no setor público, ou seja, em suas palavras, a crise do paradigma gerencial tradicional", não se restringe aos países em desenvolvimento. O autor menciona várias sugestões de aperfeiçoamento dos modelos organizacionais.

Og Roberto Dória destaca a necessidade da retomada da credibilidade da administração pública brasileira pela profissionalização dos seus quadros e pelo estabelecimento de relações éticas entre cidadãos e servidores. Lembra que no contexto nacional e pelas características do momento, a governabilidade é a chave para que o processo de reforma do Estado seja efetivado.

Maria Helena de Castro Santos, Maria das Graças Rua e Érica Máximo Machado apresentam resultados preliminares de estu-

do que vêm encetando a respeito das relações entre os poderes públicos ao longo dos três últimos anos. Examinando as questões da política salarial e da política tributária e fiscal, resalta as formas como o Executivo, o Legislativo e o Judiciário vêm interagindo e seus efeitos sobre a governabilidade.

Na seção informativa, encontram-se notícias sobre projetos de pesquisas no campo da administração e políticas públicas que estão sendo realizadas pela Fundação João Pinheiro e pela própria ENAP.

O conteúdo deste número da RSP permite que se note a linha de continuidade que a une aos propósitos que lhe foram originalmente atribuídos e que adquirem ainda maior relevância em face da necessidade, tão sentida há mais de meio século quanto hoje, de serem realizadas mudanças profundas na organização do Estado brasileiro.

A ENAP, ao promover a retomada da publicação da RSP, não está, anacronicamente, procurando reproduzir um modelo que estaria exaurido. A nova RSP não renega seu passado, pois suas lições - seus acertos e seus erros - são a força que a impulsiona a ocupar um espaço novo, como veículo de difusão e debates de idéias sobre administração pública.